



# Bebidas alcoólicas e futebol

» JAIME PINSKY

Historiador, professor titular da Universidade de Campinas (jaimepinsky@gmail.com.br)

O estádio vai encher. Afinal, nunca um goleiro jogara mil partidas com a camisa de um mesmo time, e nestes tempos em que sonhos espanhóis, italianos ou ingleses povoam a imaginação de garotos mal saídos das fraldas, é uma raridade ver alguém persistir em disputar essa imensidão de jogos por uma equipe apenas.

Como sabemos que o estádio vai encher, compramos ingressos com antecedência, por um site, tudo muito civilizado. Não encontramos mais os melhores assentos, os laterais, vamos para o fundão, atrás do gol. Afinal, queremos ver de perto é o goleiro. No domingo, combinamos estratégias para nos locomover até o campo. Afinal, além dos três adultos, levamos três crianças, de 11, 9 e 4 anos, todas devidamente paramentadas com camisas do São Paulo, algumas atuais, outras mais velhas, com propaganda de antigos patrocinadores. Como os jogadores, também as empresas não são fiéis, trocam de times como quem troca de camisa...

De uma forma ou de outra (mais de outra do que de uma) estacionamos a van, pagamos a chantagem solicitada pelos assustadores flanelões, trancamos e veículo e nos dispomos a marchar os 2km necessários até o estádio. As crianças nos acompanham naquele mar de três cores, o branco, o preto e o vermelho, dando a impressão de que será jogo de um time só. A multidão caminha animada, alguns param para beber em barracas, outros compram latinhas de cerveja de ambulantes carregando isopores. Na porta do estádio, formam-se filas gigantescas, as pessoas se espremem para passar pela minuciosa revista, executada por policiais, homens e mulheres. Nada passa, nem uma garrafa de água, nem um pedaço de jornal com a escalação das equipes, nem um guarda-chuva para uma possível tormenta. Questão de segurança, dizem.

Dentro dos anéis do estádio, começamos a correr, assim como a adrenalina que leva a frequência cardíaca dos torcedores a desacompanhados três dígitos. Apenas espíamos de longe aqueles que seriam nossos assentos. Embora falte ainda uma hora para o jogo começar, eles já estão ocupados, assim como os caminhos que poderiam nos levar até lá. Não há ninguém no Morumbi para quem possamos expor nosso problema, nenhum funcionário uniformizado, nenhuma autoridade aparentemente constituída. Acharmos finalmente um PM que nos aconselha a



nos sentar “onde houver lugar”, principalmente com crianças, é para não começarmos a “criar caso”.

Criar caso, no caso não criado, seria simplesmente reivindicarmos os assentos escolhidos e pagos, mas quem vai se meter com a autoridade, a única presente naquele espaço, a única a nos dar conselhos, ainda mais estando com crianças, como ele diz. Vamos então nos sentar naquele espaço do qual não se tem boa percepção espacial. Não se tem noção de profundidade, mas, em compensação, tem-se noção muito pior de lateralidade. Não sabemos se, em uma cobrança de escanteio, a bola vai para o gol ou para o meio do campo, mas não somos de criar caso, ainda mais com as crianças, como disse a autoridade...

Meia hora depois também o nosso lance de arquibancadas fica lotado. As pessoas vão chegando e buscando os poucos lugares isolados livres. Depois acomodam-se nos degraus, enquanto o jogo começa. E o povo continua chegando e vai passando, lentamente, cada vez mais lentamente, na nossa frente. E nós com as crianças. Por absoluta falta de lugar (quem vendeu mais lugar do que havia? Os assentos não são numerados?), as pessoas vão parando na frente dos já sentados. As crianças não conseguem mais enxergar o campo, nem ficando de pé. Em vez de uma fileira de gente sentada, o degrau de arquibancada recebe duas camadas de pessoas de pé, inclusive todos nós.

Um dos adultos pede para que o homem, de pé na frente dos garotos, se desloque um pouco para o lado, “a criança não vê nada do jogo tão ansiado”. O “invasor” reage mal, diz que também pagou, solta uns impropérios, dispõe-se a resolver a pendência no braço e “lá fora”, onde quer que esse “lá fora” signifique. As pessoas dividem-se entre os já instalados e os “errantes”, vários com nítido bafo de álcool dando ênfase às palavras de valentia proferidas aos berros. Exerço com dificuldade papel de moderador. Não há paz, mas um armistício. A tensão persiste. O jogo acabou para nós. Bem antes do apito final, vamos embora. Com as crianças. Bastante assustadas.

É neste nosso país que as fábricas de cerveja querem voltar a vender a bebida nos estádios. Que elas queiram colocar o seu produto a qualquer custo é lamentável, mas já sabido. Que parlamentares e ministros façam o jogo das cervejarias faz com fiquemos muito preocupados. Para não falar desconfiados...

# Lei de responsabilidade social pelas enchentes

» WADIH DAMOUS

Presidente da OAB do Rio de Janeiro

Um ano já se passou desde as tragédias ocasionadas pelas intensas chuvas que assolaram a Região Serrana do Rio de Janeiro. A esperança de que notícias como essa nunca mais dominassem as manchetes dos noticiários, infelizmente, foi frustrada neste início de ano. O país inteiro acompanha, com apreensão, as enchentes em diversas partes da Região Sudeste. Desta vez, não apenas a Região Serrana vem sendo afetada, mas também diversos municípios do noroeste fluminense e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Apesar do clamor popular após as enchentes do último ano, seguido da promessa de pesados investimentos em prevenção por parte das autoridades em geral, já ficou claro que não se realizou o suficiente para evitar novas tragédias. Ao contrário, conforme amplamente noticiado, o governo estadual publicou no orçamento verba de R\$ 209 milhões para reassentar moradores de áreas de risco. Exibida a comprovação oficial de que nenhum centavo foi empenhado com essa finalidade, ouvimos agora na tevê explicação do secretário de Obras de que o dinheiro prometido não existia. Havia só negociação com a União.

A imprensa também noticiou que o Ministério da Integração Nacional listara 56 municípios do Sul e do Sudeste como prioritários para ações de prevenção para desastres naturais, com o Rio à frente. Mas foi Pernambuco, estado do ministro Fernando Bezerra, o maior beneficiário dos recursos. O titular da pasta nega uso político das verbas e diz que sua terra natal havia sofrido com uma grave

enchente em 2010. Apenas recentemente, uma comissão formada por cinco ministros apresentou à presidente Dilma Rousseff um plano para minimizar as consequências das atuais enchentes.

Enquanto acusações pipocam no noticiário, populações continuam em sobressalto. Em Nova Friburgo (RJ), onde um prefeito foi afastado sob acusação de improbidade e o atual admite não ter condições de fazer muito, vive-se o medo outra vez. O governo estadual ainda não pagou indenização às famílias pela desapropriação de suas casas. A construção de novas moradias está prometida, mas prevê-se prazo de um ano para obras de infraestrutura. Sem alternativa, pessoas estão voltando a ocupar áreas de risco na Região Serrana.

Os três níveis de poder têm se mostrado incapazes de prevenir e reparar as consequências das enchentes. Como já se tornou tradição, consumadas as tragédias, procuram-se culpados e anunciam-se providências que nunca são levadas a cabo. Até a próxima temporada de chuvas, ninguém se lembrará de cobrar as autoridades e formar-se um perverso ciclo de impunidade.

Por conta dessa lamentável e trágica situação, a OAB-RJ submeterá à bancada federal do Rio de Janeiro a proposta de nova lei, que chamamos de “lei de responsabilidade social para prevenção de desastres naturais”. Parte-se da ideia de que, quando se trata de evitar tragédias humanas, prevenção é essencial. Pretendemos, em suma, com esse projeto de lei: (i) criar repasse obrigatório, da União para os Estados,

Municípios e Distrito Federal, de verba vinculada à prevenção de desastres naturais, cuja divisão entre tais entes deve se dar de forma objetiva, por meio de decreto presidencial; (ii) estabelecer medidas específicas de prevenção, tais como a delimitação e transferência de moradias em áreas de risco, reflorestamento, instalação de equipamentos de monitoramento geoclimático, bem como obras de engenharia tendentes a melhorar o escoamento da água, evitar deslizamento de encostas etc.; (iii) a obrigatoriedade de envio, por parte do chefe do Poder Executivo de cada ente que receber as verbas, de relatório circunstanciado da aplicação de tais verbas na prevenção de desastres naturais a diversos órgãos de fiscalização; (iv) Por fim, mas não menos importante, a tipificação do crime de responsabilidade para o agente público que descumprir qualquer das determinações contidas nas disposições anteriores.

Entendemos que uma legislação rígida como essa, que vincule verbas da União à aplicação em prevenção de desastres naturais, bem como responsabilize diretamente o agente público que, por qualquer motivo, deixe de cumprir tais determinações, pode ser importante ferramenta para que não se repitam as mesmas imagens que hoje inundam o noticiário nacional. Não se pode admitir que interesses políticos se sobreponham à manutenção da vida e da dignidade de milhares de brasileiros que vivem em áreas de risco. Reiteramos, portanto, a necessidade da aprovação, o quanto antes, de tal projeto de lei.



**ARI CUNHA**

DESDE 1960

**VISTO, LIDO E OUVIDO**

aricunha@dabr.com.br  
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

# Projeto para a Grécia

Vivendo economia difícil, a Grécia recebeu uma brecha dos outros países. Economia oficial está por volta dos US\$ 170 bilhões para sair do aperto em que vive, e faz tempo. Países que participam do rush fazem exigência. Os gregos vão elaborar projeto de utilização do empréstimo exterior. O dinheiro sairá aos poucos. Portugal se alegrou porque poderá ser o próximo beneficiado. É que países europeus passaram mais de 20 anos preparando o euro como moeda oficial. Qualquer deslize vai tudo por água abaixo. E as moedas antigas voltarão ao seu valor. Para salvar a economia europeia, o desejo é que tudo seja realizado em ordem para que a moeda não sofra mais desgaste.

## » A frase que foi pronunciada

**“Quem rege a orquestra precisa dar as costas à plateia.”**

Frase de James Crook tentando chegar à cabeceira do Palácio da Alvorada

## Sem regras

» Faz o cidadão pensar. José Lourenço paga a previdência porque é obrigado. Depois que ouviu a declaração do então presidente Lula, ficou mais preocupado ainda. Disse a autoridade: “É melhor a previdência ficar com deficit do que um cidadão morrer de fome”. Se o dinheiro do trabalhador está tirando a fome de quem não pagou a previdência, isso quer dizer que, no futuro, aquele que passou a vida inteira trabalhando para receber aposentadoria terá sua vez de passar fome também, já que não haverá dinheiro em caixa.

## Médium

» Em Uberaba, o patrimônio de Chico Xavier é inventariado. A intenção do Ministério Público Federal é tomar todos os bens móveis e imóveis deixados pelo médium. A casa visitada pela população está inscrita no Instituto Brasileiro de Museus e terá os bens identificados para o conhecimento dos peregrinos.

## Lixo

» Corria a mais de 70km/h com três pessoas agarradas em um corrimão para não cair. Era o caminhão 229 da Delta no aeroporto de Brasília às 21 horas. Isso sim é um serviço perigoso em que o trabalhador corre constantemente o risco de morrer.

## Pausa

» Quando a liberdade de expressão chega à MC Carol Bandida, que vende milhões de CDs e é capaz de reunir milhares de adolescentes dizendo barbaridades, é hora de parar e refletir em que mundo queremos que nossas crianças vivam.

## Carona paga

» Transporte solidário é uma saída para a incompetência de oferecer conforto e qualidade pelo preço que as empresas recebem pelas passagens. Amigos próximos dividem a despesa da viagem. Acontece que fiscais proíbem a prática alegando

## » História de Brasília

O sr. Estelita será mesmo candidato de oposição ao sr. Juscelino Kubitschek. Duas pessoas vão ficar muito aborrecidas: o deputado Aduino Lúcio Cardoso porque não vai poder impugnar a candidatura, e o sr. Estelita, pelo tamanho da lanterna que vai receber. (Publicado em 6/5/1961)

insegurança. O argumento não convence e a prática poderia ser estimulada.

## Progresso

» Rede Brasil Rural é uma rede em que produtores, indústrias, agentes de logística e setor público se unem para incrementar a cadeia produtiva. Uma boa ideia surgiu e agora os produtores vão poder comercializar tudo pela internet. Aguardamos a famosa Mercearia Paraopeba.

## Prevenção

» Dado o primeiro passo. Secretários de Segurança Pública levaram sugestão de alterações no Código Penal ao presidente do Senado, José Sarney. Toda decisão tomada agora sobre o assunto greve nos serviços essenciais vai refletir em 2014.

## Futuro

» Uma audiência pública vai discutir as ações do Senado que visam ao 6º Fórum Mundial da Água, que vai ter vez em Marselha, na França. Por ideia do senador Ivo Cassol, o cacique Almir Suruí, líder do povo suruí, de Rondônia, foi convidado para falar da conexão homem e natureza.

## Chefe

» Almir Suruí é um chefe indígena conectado na tecnologia. Ele autorizou o Google Earth a marcar todos os lugares sagrados ao redor da aldeia e áreas onde foram registrados os primeiros contatos da vida do povo indígena com os homens brancos. Nem todo mundo gostou de ver o povo suruí alimentando a web com seus hábitos e cultura.

## Décadas depois

» Nascida no Hospital Santa Lúcia, Karla Valadares ficou decepcionada quando precisou do hospital depois de adulta. Passou mais de duas horas aguardando o resultado da tomografia que fez. Perderam os registros. O tratamento não foi dos melhores. Fica o registro.